

ERICOFIRMO@CPOVO.COM.BR

ÉRICO FIRMO

ERICO FIRMO
POLÍTICO
E JORNALISTA

O FUTURO DA POLÍCIA E DA SEGURANÇA

Outim de policiais militares terminou, mas a administração das consequências apenas começa. Houve quebra da hierarquia, a relação com o comando sofreu trauma como não havia desde 2012. Há feridas a serem cicatrizadas, insatisfações a serem administradas. A questão não se resume ao fato de muitas das reivindicações não terem sido atendidas. Há oito anos, os policiais conseguiram quase tudo que queriam. O crescimento do número de boricórios em 2012 foi de 50%, conforme números do Mapa da Violência. Naquele ano, a quantidade de assassinatos foi a maior da história até então. Em 2013, o recorde foi batido. Em 2014, a marca de maior de todos os tempos foi superada de novo. Três recortes trágicos em sequência após a paralisação.

Encerrado o motim, é imprescindível agir para que aquele descalabro não se repita. Enquanto os policiais militares se recusaram a trabalhar, a violência saiu do controle. Freqüências se fortaleciam e conquistaram territórios. É preciso recompor a hierarquia, mas não apenas isso. As relações precisam ser reestruturadas. O governo precisa entender o que aconteceu dentro de sua Polícia. Compreender a raiz da insatisfação. Essa é a tropa do Estado do Ceará. Não é possível substituir todos que estavam parados. Então, é necessário recuperar esses policiais. Isso passa, inclusive, pelas punições, pelo caráter pedagógico de demonstrar que o caminho não é o amotinamento. Mas, passa por entender a insatisfação e por construir o diálogo possível. O trabalho pela frente é complexo e a estrada é perigosa.

ECO FONTENELE



POLICIAIS militares voltaram ao trabalho ontem

O TRATAMENTO AOS TRABALHADORES QUE PROTESTAM

Um capítulo importante em toda essa crise foi a postura do Governo Federal. Do ponto de vista das ações, ajudou no que deveria. Do ponto de vista político, dos posicionamentos, foi complicado. O ministro da Justiça e Segurança Pública, ex-juiz Sergio Moro, disse que policiais amotinados não podem ser tratados como criminosos. Ele tem razão para aqueles que não cometeram crimes. Aqueles que cometeram crimes devem ser tratados como criminosos, sejam policiais ou não. Houve um pontado de crimes no motim.

Gostaria de saber se o ministro teria com os semi-terra ocup fazendas postura igual à adotada com os policiais que tomaram batidas de Polícia Militar — alguns dos quais são os únicos quartéis existentes nos municípios. E cuja tomada impede o funcionamento da função de segurança pública, essencial à sociedade. Policiais que também tomaram uma escola, conforme denunciou a Secretaria da Educação (Seduc), impedindo as crianças de ter aula.

Porque, se polícia ocupar escola e escola não justifica ser tratado como criminoso, não me parece razoável dar tal tratamento a semi-terra que invade propriedade que às vezes nem produtiva é. O impacto das primeiras ações é incomparavelmente maior que o da ditina.

A BASE POLÍTICA DO PRESIDENTE

O presidente Jair Bolsonaro, no quinto-feira, pediu que o governador Camilo Santana (PT) renunciasse com os policiais paralisados. Falou enquanto a negociação já ocorria, mas a declaração atravessou as conversas, deu força ao movimento, que recusou a proposta naquela noite. Demoraria mais três dias até haver entendimento.

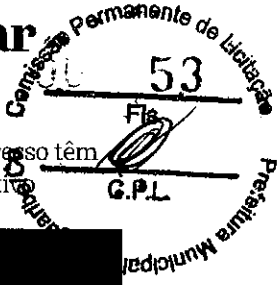
Mas, o que postaria de saber é se o presidente teria a mesma postura com professores em greve. Que, eventualmente, sejam de sindicato vinculado a CUT. Porque deixar crianças sem aula não é emergência menor do que ficar sem policiamento.

O presidente claramente fala à sua base política, aos simpatizantes. Mas, a instituição Presidência da República não pode ficar sujeitada aos gostos e desgostos pessoais do ocupante de ocasião da cadeira.

Situações similares demandam tratamento semelhante, ainda que a atores diversos. No caso, greve de professores nem está sujeita aos impedimentos previstos na hierarquia militar.

Alcolumbre diz a Bolsonaro que não irá mais tolerar ataques ao Congresso

TENSÃO ENTRE PODERES IMPOSITIVO | Congresso tem sessão hoje para votar vetos ao orçamento impositivo



Em uma reunião de mais de uma hora com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), colocou na mesa a insatisfação do Legislativo com as falas e atitudes de integrantes do governo em apoio a manifestações contra a Câmara e o Senado. Segundo interlocutores, o senador avisou ao presidente que não vai mais tolerar ataques ao Congresso.

Agora, Alcolumbre havia sido um dos poucos políticos que não tinha feito comentários públicos sobre a crise que teve seu ápice com a declaração do ministro da Segurança Institucional, general Augusto Heleno, de que o Congresso afrontava o Executivo ao votar matérias apenas em áreas de recursos.

Essa foi a primeira vez que Alcolumbre e Bolsonaro sentaram para conversar depois que a crise entre os Poderes se agravou. O mais recente embriço entre o Palácio do Planalto e o Congresso ganhou força após Bolsonaro usar seu WhatsApp pessoal para enviar mensagens que conclamam pessoas a saírem às ruas em defesa do governo. Marcada para o dia 15 de março, o protesto possui teor anti-Congresso e STF. O endosso presidencial às manifestações gerou uma onda de reações negativas vindas de

congressistas, partidos políticos e chefes dos outros Poderes.

Na conversa com Bolsonaro ontem, no Palácio do Planalto, Alcolumbre disse que não aceita nenhum mais ataque ao Congresso e que para si, o ato em questão não foi apoiado, segundo interlocutores, o senador havia anteriormente às pretensões presidenciais e defendido que o Congresso sempre esteve de portas abertas para um diálogo com o Executivo.

A questão dos vetos ao orçamento impositivo não foi tratada com detalhes no encontro. Esse tema será costurado com

os ministros do governo Bolsonaro. Alcolumbre se reuniu à noite com o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PB), e com o relator do orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CO) para discutir o tema. O Congresso tem sessão agendada para hoje, às 10 horas, para votar esses e outros vetos presidenciais a propostas aprovadas pela Casa.

Se o veto ao projeto do Orçamento for derrubado, o Congresso passa a ter maior controle sobre o destino dos recursos das emendas parlamentares. As emendas são usadas para destinar verbas públicas aos Estados e municípios.

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



SENADOR levou ao Planalto insatisfação com atitudes do governo sobre protestos com teor anti-Congresso